



Simulado Final

TJ MT

Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ-MT (Analista Judiciário - Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Oficial de Justiça da TJ-MT**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/8xMAGUKFv5GwhhZH8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Uk84>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

01. Assinale a única alternativa em que o adjetivo destacado expresse característica.

- a) O professor distribuiu **provas difíceis** para os alunos.
- b) Eles encontraram **pessoas simpáticas** na reunião.
- c) A criança desenhou **casas pequenas** no caderno.
- d) Comprei **flores maravilhosas** para enfeitar a sala.
- e) Nós degustamos **pratos saborosos** no restaurante novo.

02. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado).

Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) Você está nas minhas mãos.
- b) Aquele aluno está completamente encrencado.
- c) Quem estava na Argentina deu sorte.
- d) O professor está no hospital.
- e) A diretora está com dois alunos na sala dela.

03. Assinale a frase em que o aumentativo sublinhado mostra valor pejorativo.

- a) O avô sentou-se em uma **cadeirona** confortável para descansar.
- b) A festa estava animada, com um **bolão** de aniversário delicioso na mesa.
- c) Durante a tempestade, o cachorro entrou em uma **casarão** abandonada para se proteger.
- d) Ele apareceu no encontro dirigindo um **carrão** que impressionou a todos.

e) Achei que o filme fosse emocionante, mas acabou sendo um **dramalhão**.

04. Assinale a alternativa em que a narração se dê de forma linear, sem interrupção.

- a) Mariana caminhava pelo parque quando avistou um rosto familiar. Parou por um instante, tentando lembrar o nome. “Será mesmo o Pedro da faculdade?”, pensou. Aproximou-se hesitante, mas ele sorriu antes mesmo que ela dissesse algo. “Quanto tempo!”, exclamou ele. Eles se abraçaram, rindo das coincidências da vida.
- b) Quando abriu a porta do sótão, Júlio não imaginava o que encontraria. Era um espaço cheio de poeira e caixas. Entre os objetos antigos, um diário chamou sua atenção. Aquilo remetia totalmente à sua infância no interior. Momentos inesquecíveis. Ao abrir a primeira página, notou uma frase que parecia ser dirigida a ele: “*Cuidado com os segredos escondidos aqui.*” Seu coração disparou.
- c) Os cheiros da cozinha se espalhavam pelo ar enquanto Dona Clara preparava o almoço. Era uma comida deliciosa, que ela sempre fazia para os familiares mais chegados. O barulho dos talheres e o tilintar das panelas ecoavam pela casa. O menino apareceu correndo, trazendo nas mãos uma flor que colheu no quintal. Ela sorriu, agradecida pelo gesto singelo.
- d) Ana encontrou o envelope na porta de casa. Estava lacrado com cera vermelha, algo que ela só tinha visto em filmes antigos. Filmes antigos eram a sua paixão. Ela tinha uma coleção deles. Ficou confusa, mas sua curiosidade falou mais alto. Sem pensar muito, decidiu que iria.
- e) Os primeiros raios do sol tingiam o céu de laranja quando Carlos começou a correr pela areia molhada. O som das ondas embalava o ritmo dos seus passos, e o vento salgado refrescava seu rosto. Ele corria com determinação, sentindo cada músculo trabalhar, enquanto o horizonte prometia um novo começo.

05. O adjetivo pode ser substituído por algumas outras palavras ou estruturas de valor equivalente. Assinale a frase em que a adjetivação é realizada por meio de uma preposição mais um advérbio.

- a) Os dispositivos de hoje transformaram o conceito de casas inteligentes.
- b) As redes de alcance são essenciais para conectar equipamentos em áreas rurais.
- c) Os sistemas de automação proporcionam maior conforto e segurança.
- d) Sensores de monitoramento ajudam a prevenir falhas em equipamentos industriais.
- e) A conectividade de nuvem permite o controle de dispositivos a distância.

06. A frase em que houve adequada substituição de uma oração reduzida por uma oração desenvolvida é:

- a) Ele conseguiu passar no concurso, **estudando com dedicação.** / com estudo dedicado.
- b) Ela saiu da sala, **não querendo mais participar da reunião.** / embora não quisesse participar mais da reunião.
- c) Você terá mais tempo para se preparar, **ao chegar cedo.** / se chegasse cedo.
- d) É necessário analisar os dados com calma, **para entender o problema.** / para que se entenda o problema.
- e) Ele alcançou o ônibus a tempo, **correndo muito rápido.** / com a corrida rápida.

07. A frase a seguir em que o valor semântico da preposição de está incorretamente indicado é:

- a) O livro de história está sobre a mesa. / especificação
- b) Ele comprou uma jaqueta de couro. / matéria
- c) As crianças riam de alegria. / causa
- d) O gato de Maria está no quintal. / posse
- e) Eles quase morreram de frio. / modo

08. A frase em que se trocou o emprego de onde/aonde é:

- a) "Onde há fumaça, há fogo."
- b) "Quem não sabe onde quer chegar, qualquer caminho serve."
- c) "Onde bate o coração, o corpo segue."
- d) "Não se planta flores onde a terra é seca."
- e) "Onde se divide o pão, a fome não chega."

09. Assinale a opção em que as duas ocorrências sublinhadas pertencem à mesma classe gramatical.

- a) "A prova que ele disse que seria fácil acabou sendo difícil."
- b) "O filme a que assistimos ganhou o prêmio mesmo que tenha sido longo."
- c) "Eu acho que a música que você escolheu é perfeita para o evento."
- d) "Este foi o aluno que contou a história que todos adoraram ouvir."
- e) "A decisão que você tomou mostra que é uma pessoa responsável."

10. A frase cuja grafia do vocábulo sublinhado está incorreta é:

- a) "O gato está escondido debaixo da cama."
- b) "Eles procuraram o brinquedo debaixo do sofá, mas não encontraram."
- c) "Deixei o guarda-chuva debaixo da mesa para secar."
- d) "Os sapatos estavam todos espalhados debaixo da escada."
- e) "Ele decidiu alugar o apartamento da rua debaixo, por pura preguiça de caminhar."

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Tiago Zanolla*

11. De acordo com o Código de Organização Judiciária do TJ-MT, analise as afirmativas abaixo:

I. A população mínima exigida para a criação de uma comarca é de 10.000 habitantes, independentemente da receita tributária municipal.

II. Para a instalação de uma comarca, é necessário que a sede possua, no mínimo, 300 casas e edifícios públicos adequados para abrigar o fórum, a cadeia pública e o destacamento policial.

III. A extensão territorial mínima para a criação de uma comarca é de 1.000 km², e é obrigatório contar com entidades responsáveis por programas de proteção e socioeducativos para crianças e adolescentes.

IV. O movimento forense nos municípios que compõem a comarca deve ser equivalente, no mínimo, à distribuição de 500 processos contenciosos, excluindo os executivos fiscais e cartas precatórias.

V. É obrigatória a existência de uma casa para moradia do juiz, com acomodações adequadas para uma família de, pelo menos, cinco membros.

- a) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.

12. De acordo com o Código de Organização Judiciária do TJ-MT, analise as afirmativas abaixo:

I. O Tribunal de Justiça, o Tribunal do Júri e a Corregedoria Geral da Justiça são órgãos do Poder Judiciário do Estado.

II. A Escola Superior da Magistratura do Estado integra a estrutura administrativa do Poder Judiciário estadual.

III. A Procuradoria-Geral de Justiça, as Promotorias de Justiça e a Defensoria Pública participam da administração da Justiça no Estado.

IV. Os Conselhos de Justiça Militar Estadual e os Juizados Especiais, com suas Turmas Recursais, não integram os órgãos do Poder Judiciário do Estado.

V. A Advocacia e os Servidores da Justiça também participam da administração da Justiça estadual.

Alternativas:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

13. Sobre a substituição de Juízes de Direito, conforme o Código de Organização Judiciária do TJ-MT, assinale a alternativa correta:

- a) Cada Juiz de Direito terá dois substitutos sucessivos, conforme definido pelo Conselho da Magistratura.
- b) Em caso de ausência de todos os substitutos previstos, a substituição será feita automaticamente pelo Presidente do Tribunal.
- c) Um Juiz pode exercer mais de duas substituições simultâneas em qualquer situação, desde que haja necessidade do serviço.
- d) O substituto designado conservará a jurisdição da Comarca enquanto não cessar o motivo que determinou a substituição.
- e) O Juiz substituto deve se transportar à comarca substituída pelo menos uma vez por mês e apresentar relatório ao Corregedor-Geral no final da substituição.

14. Durante um treinamento sobre a gestão de recursos humanos no serviço público, o professor Eduardo abordou os institutos previstos no Estatuto dos Servidores, como readaptação, reversão, reintegração, recondução, e disponibilidade. Com base nas disposições do Estatuto dos Servidores, analise as afirmativas abaixo e escolha a correta:

- a) A readaptação pode ser efetivada em cargo de carreira, mesmo que resulte em aumento ou redução da remuneração do servidor.
- b) A reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, que pode ocorrer mesmo após o servidor completar 70 anos de idade.
- c) A reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens, quando sua demissão é invalidada por decisão administrativa ou judicial.
- d) Na recondução, o retorno ao cargo anteriormente ocupado pode ocorrer em razão da extinção do cargo para o qual o servidor foi nomeado em estágio probatório.
- e) O aproveitamento ocorre quando o servidor aposentado por invalidez é declarado apto para o retorno à atividade, assumindo cargo equivalente ao anteriormente ocupado.

15. Com base no Estatuto dos Servidores, marque a alternativa correta:

- a) O servidor que comete falta punível com demissão durante a atividade poderá retornar ao serviço público estadual após cinco anos, mesmo que tenha tido a aposentadoria cassada.
- b) A destituição de cargo em comissão só é aplicada em casos de infrações graves, sendo equivalente à demissão para ocupantes de cargos efetivos.
- c) A indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, são aplicáveis às hipóteses de demissão ou destituição de cargo em comissão por abandono de cargo.

d) Um servidor que falta ao serviço por 60 dias consecutivos, sem justificativa, é considerado em abandono de cargo e passível de demissão.

e) A demissão por infringência a determinados dispositivos legais pode tornar o servidor incompatível com nova investidura em cargo público estadual por pelo menos cinco anos.

16. Em um curso de atualização para servidores judiciais, o professor André explicou as atribuições dos Juízes de Direito e Substitutos em relação à jurisdição do Júri e criminal, conforme Código de Organização Judiciária do TJ-MT. Qual das alternativas descreve corretamente uma atribuição do Juiz de Direito e Substituto?

- a) Organizar o alistamento dos jurados, realizando a revisão a cada dois anos, e presidir o Tribunal do Júri.
- b) Decidir sobre a extinção da punibilidade em processos criminais de qualquer natureza, independentemente de sua competência.
- c) Admitir ou não os recursos interpostos de sua decisão e das decisões do Tribunal do Júri, dando-lhes o seguimento legal.
- d) Proceder a exame de corpo de delito, exclusivamente quando solicitado por autoridade policial, para auxiliar investigações.
- e) Conceder indulto pleno aos condenados no âmbito da jurisdição criminal.

17. Durante uma reunião administrativa no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, uma servidora foi questionada sobre as regras de quórum e funcionamento das Turmas e Câmaras. Após consultar o Regimento Interno, ela preparou a seguinte questão para treinamento de novos servidores:

De acordo com o Regimento Interno do TJ-MT, é correto afirmar que:

- a) A Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo funciona com o quórum mínimo de 5 (cinco) membros, incluído o Presidente.
- b) As Câmaras Isoladas Criminais são em número de oito.
- c) A 1ª Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado funciona com o quórum mínimo de 7 (sete) membros, incluído o Presidente.
- d) A Turma de Câmaras Criminais Reunidas funciona com o quórum mínimo de 7 (sete) membros, incluído o Presidente.
- e) Nos casos de decisões não unânimes em apelações cíveis e criminais, o resultado é mantido, sem necessidade de convocar outros julgadores.

18. Em um café da tarde no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, dois analistas judiciais discutiam sobre o funcionamento das Câmaras Cíveis Isoladas, conforme disposto no Regimento Interno. Durante o bate-papo, um dos servidores questionou o outro sobre os dias de funcionamento de cada Câmara, e a conversa trouxe à tona a seguinte pergunta:

De acordo com o Regimento Interno do TJ-MT, qual das afirmativas abaixo está correta sobre o funcionamento das Câmaras Cíveis Isoladas?

- a) A 1ª Câmara de Direito Privado funciona às quartas-feiras.
- b) A 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo realiza sessões às segundas-feiras.
- c) A 3ª Câmara de Direito Privado funciona às terças-feiras.

d) A 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo realiza suas sessões às segundas-feiras.

e) A 5ª Câmara de Direito Privado funciona às quartas-feiras.

19. De acordo com as Normas da Corregedoria do TJ-MT, qual das alternativas apresenta a definição correta de um ato normativo expedido pelo Corregedor-Geral da Justiça?

a) O Ofício-Circular é um ato destinado exclusivamente à aplicação de dispositivos legais em casos concretos, relacionados à atividade funcional de magistrados e servidores.

b) A Portaria é um ato normativo que estabelece regras de caráter vinculativo complementar, destinado a orientar a execução de serviços judiciais específicos.

c) O Provimento é um ato de caráter normativo interno e externo, destinado a esclarecer e orientar a execução de serviços judiciais e extrajudiciais.

d) A Instrução Normativa é um instrumento de caráter persuasivo, destinado a prevenir responsabilidades ou corrigir condutas no âmbito dos serviços judiciários.

e) A Ordem de Serviço é um ato de caráter explicativo, voltado para medidas de aperfeiçoamento do serviço judiciário.

20. Durante uma palestra para novos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o palestrante abordou os procedimentos de correição ordinária e elaborou a seguinte questão para verificar a compreensão dos participantes:

De acordo com as normas da Corregedoria do TJ-MT, é correto afirmar que:

- a) A correição ordinária por demanda é realizada exclusivamente de forma presencial, com intervenção direta da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) A correição ordinária remota consiste na extração de dados dos sistemas informatizados de gestão de processos, sob coordenação do Corregedor-Geral da Justiça.
- c) A correição ordinária por excelência é sempre realizada de forma presencial, para promover a análise detalhada de unidades judiciárias específicas.
- d) O relatório da correição ordinária remota deve ser encaminhado ao Corregedor-Geral da Justiça no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o término dos trabalhos.
- e) Os servidores da comarca devem ficar à disposição do Corregedor-Geral da Justiça durante a realização de correição ordinária presencial por demanda.

MATEMÁTICA, RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

- 21.** Se meu carro não é azul, então o meu leão ruge. Se meu carro é azul, então Carlos não é professor. Ora, Carlos é professor. Logo:
- a) o meu carro é azul e o meu leão não ruge
 - b) o meu carro é azul e o meu leão ruge
 - c) o meu carro não é azul e o meu leão ruge

- d) o meu carro não é azul e o meu leão não ruge
- e) se Carlos é professor, então o meu leão não ruge

22. Em um certo TRT, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

- a) 28
- b) 34
- c) 51
- d) 56
- e) 68

23. Em uma metrópole, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; M, N e P. Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

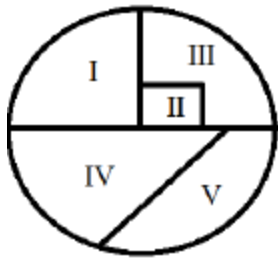
140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

24. Um jogo é disputado com o mapa abaixo. O mapa possui cinco regiões, que devem ser coloridas de modo que aquelas que fazem fronteira tenham cores distintas. As cores disponíveis para colorir tal mapa são: branco, preto, roxo e rosa.



Se a região I for colorida com branco e a região V for colorida com preto, então a região II poderá ser colorida APENAS com

- a) rosa
- b) preto
- c) roxo
- d) rosa ou roxo
- e) roxo ou branco

25. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

26. Em uma urna há cinco bolas, iguais na forma, porém duas são brancas e três são pretas. No escuro, Maria retirou duas bolas na urna.

A probabilidade de que Maria tenha retirado duas bolas da mesma cor é de

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 40%.
- d) 50%.
- e) 60%.

O enunciado abaixo refere-se às questões 27 E 28.

Laura, uma estudiosa moça, passou para o fisco em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para seus amigos. Sabe-se que Laura possui 12 amigos e oferecerá um jantar para 4 amigos. Entre os seus amigos estão Liz e Matheus (o namorado da Liz).

27. Certa noite, supondo-se que Liz e Matheus só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Laura é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 255
- e) 360

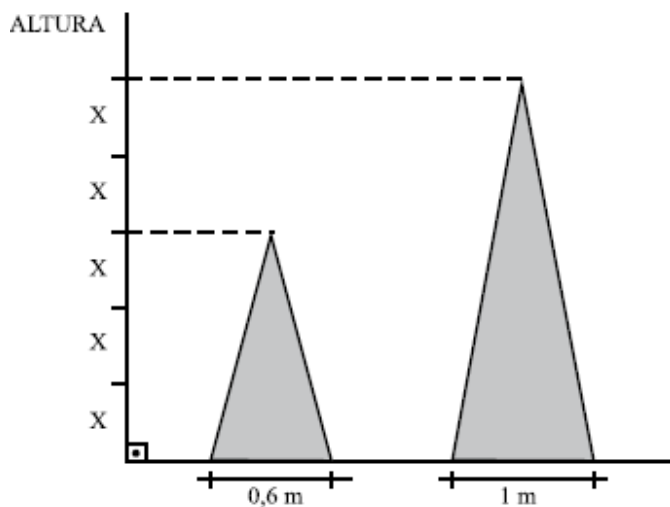
28. Outra noite, supondo-se que Liz e Matheus tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Lúcia pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 540

Utilize o texto abaixo para resolver as questões 29 E 30

O Estratégia Concursos resolveu criar imagens natalinas decorativas para o final de 2024.

A soma das medidas das alturas das duas imagens natalinas é igual a 8 m.



29. A área do triângulo menor é, em m^2 , igual a:

- a) 2,0
- b) 1,8
- c) 1,5
- d) 1,2
- e) 0,9

30. Se em cada imagem natalina foram instaladas 400 lampadzinhas coloridas por metro quadrado, pode-se concluir que o número de lâmpadas instaladas na imagem de maior altura é igual a:

- a) 800.
- b) 1100.
- c) 1000.
- d) 1200.
- e) 900.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

31. Com base na Súmula Vinculante nº 13 e na jurisprudência do STF sobre nepotismo, é correto afirmar que a nomeação de parentes para cargos políticos:

- a) Viola automaticamente os princípios da moralidade e da impessoalidade, sendo nula em qualquer circunstância.
- b) Pode ser admitida, desde que demonstrada qualificação técnica e ausência de favorecimento pessoal ou troca de favores.
- c) É sempre permitida para cargos políticos, pois estes estão fora do alcance da Súmula Vinculante nº 13.
- d) É proibida, salvo se comprovada eficiência do nomeado em cargos administrativos de direção.
- e) Não é contemplada na Súmula Vinculante nº 13, que veda apenas a nomeação para cargos comissionados e efetivos.

32. Qual dos atributos dos atos administrativos garante que eles são considerados válidos até prova em contrário, conferindo segurança jurídica e estabilidade às relações entre Administração Pública e administrados?

- a) Presunção de legitimidade
- b) Autoexecutoriedade
- c) Imperatividade
- d) Tipicidade
- e) Discricionariedade

33. João, chefe de um departamento público, identificou que um de seus subordinados cometeu um equívoco ao praticar um ato administrativo que ultrapassava sua competência. Diante dessa situação, João anulou o ato, redistribuiu as tarefas da equipe para evitar futuros erros e passou a acompanhar mais de perto a execução das atividades.

Com base no caso descrito, qual poder administrativo foi exercido por João?

- a) Poder regulamentar
- b) Poder hierárquico
- c) Poder de polícia
- d) Poder disciplinar
- e) Poder discricionário

34. A Administração Pública, para atender às necessidades da coletividade e cumprir suas funções constitucionais, frequentemente celebra contratos com particulares. Acerca das peculiaridades que diferenciam os contratos administrativos dos contratos privados celebrados pela Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Nos contratos privados pactuados pela Administração Pública, prevalece uma relação de subordinação entre as partes, típica do regime publicista.
- b) Os contratos administrativos distinguem-se dos contratos privados pela incorporação de cláusulas exorbitantes, que evidenciam a supremacia do interesse público.
- c) Os contratos administrativos são regulados exclusivamente pelo direito público, ao passo que os contratos privados estão imunes a qualquer ingerência de normas publicistas.
- d) Em contratos administrativos e privados firmados pela Administração Pública, o direito público atua apenas de forma subsidiária.

e) A Administração Pública está completamente restrita ao regime de direito público, não podendo celebrar contratos regidos pelo direito privado.

35. Ana, servidora pública estadual, foi designada para presidir uma comissão encarregada de organizar um evento educacional. Durante o processo, a comissão escolheu um fornecedor que ofereceu o menor preço, mas que posteriormente foi considerado inadequado devido à ausência de documentos obrigatórios. A decisão gerou questionamentos e foi apontada como irregular por auditoria, resultando em custos adicionais para a Administração. Não há indícios de que Ana ou os demais membros da comissão tenham agido com dolo, má-fé ou intenção de prejudicar o erário.

Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que:

- a) Ana deve ser responsabilizada por improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, já que houve dano ao patrimônio público.
- b) A ausência de dolo impede a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, uma vez que esta exige conduta dolosa para caracterizar o ato ímprobo.
- c) Ana deverá responder por ato de improbidade administrativa por violação dos princípios da Administração Pública, devido à escolha inadequada, mesmo sem a intenção de causar prejuízo.
- d) A conduta de Ana configura improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.
- e) Para o processamento de uma ação de improbidade administrativa, é necessário instaurar previamente um processo administrativo disciplinar que comprove a responsabilidade do agente.

36. A Prefeitura Municipal, por meio de sua equipe de fiscalização, identificou um estabelecimento comercial operando sem a licença ambiental exigida. Diante da irregularidade, determinou o fechamento imediato do local, sem necessidade de autorização judicial prévia, com base em norma legal que autoriza essa medida em casos de risco ambiental.

Qual atributo do Poder de Polícia foi exercido pela Administração Pública nesse caso para poder atuar diretamente sem necessidade de autorização judicial prévia?

- a) Autoexecutoriedade
- b) Coercibilidade
- c) Discricionariedade
- d) Imperatividade
- e) Vinculação

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

37. Wanderson impetrou mandado de segurança em face do Governador, perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, que deferiu a ordem. Inconformado, o Estado Beta busca recorrer da decisão, a qual considera ter contrariado os dispositivos constitucionais aplicáveis à espécie. Nesse caso, o recurso a ser utilizado é:

- a) recurso especial para o STJ
- b) recurso extraordinário para o STF
- c) recurso ordinário para o STJ
- d) recurso ordinário para o STF
- e) reclamação constitucional para o TST

38. Sinforosa, testemunha de Jeová, internada em hospital público, recusou-se a receber transfusão de sangue, mesmo sendo alertada de que, com isso, poderia vir a óbito. À luz da jurisprudência do STF, a equipe médica deve:

- a) realizar a transfusão forçada
- b) reconhecer o direito à recusa, se esta tiver sido feita de forma livre e consciente
- c) reconhecer o direito à recusa, exceto se Sinforosa for maior de 65 anos
- d) suscitar questionamento sobre o tema ao poder Judiciário
- e) consultar o Ministério Público

39. O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público:

- I – possuem o mesmo número de integrantes;
- II – exercem funções semelhantes, em relação a cada um dos seus âmbitos de atuação;
- III – não podem aplicar penalidades disciplinares.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

40. Lei do Estado Alfa, ao disciplinar o regime jurídico dos defensores públicos, resolveu atribuir-lhes porte de arma de fogo. Nesse caso, à luz da jurisprudência do STF, a lei estadual deve ser considerada:

- a) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União
- b) constitucional, desde que a União tenha delegado atribuições ao estado mediante lei ordinária
- c) inconvencional
- d) inconstitucional, por não se poder atribuir porte de arma a servidores públicos
- e) constitucional, por se tratar de matéria de competência concorrente

41. Wilxeslaynne é governadora do Estado Zeta; Agislancléia é prefeita do Município de Gama, situado no Estado Zeta; Princielle é Senadora da República. Caso todas elas sejam, isoladamente, acusadas do cometimento de crimes comuns, seu processo e julgamento caberá, respectivamente, aos seguintes tribunais:

- a) STJ, STJ e STF
- b) STJ, TJ e STF
- c) TJ, TJ e STJ
- d) TJ, TJ e STJ
- e) STJ, STJ e STJ

42. A respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público
- b) Compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral
- c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério
- d) a CF veda a permuta de juízes de mesma entrância, ainda que pertencentes ao mesmo segmento de justiça, se forem vinculados a tribunais diversos
- e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

43. A Lei X foi sancionada, promulgada e publicada. Em seu texto, não constava indicação de prazo de *vacatio legis*.

Acerca da situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei X começará a vigorar em todo o País 45 dias depois de oficialmente promulgada.
- b) A Lei X começará a vigorar em todo o País 60 dias depois de oficialmente publicada.
- c) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da Lei X, se admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
- d) Se, antes de a Lei X entrar em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de *vacatio legis* começará a correr da nova publicação.
- e) As correções ao texto da Lei X, quando ela já estiver em vigor, não serão consideradas lei nova.

44. André, 15 anos, abriu estabelecimento comercial, passando a auferir economia própria. Luciana, 19 anos, possui deficiência mental e cursa o ensino universitário. Rodrigo, 21 anos, sofreu um acidente e se encontra em estado de coma. Márcia, 25 anos, costuma dilapidar de forma descontrolada o patrimônio que possui.

Com relação à situação descrita, é correto afirmar que André, Luciana, Rodrigo e Márcia são, respectivamente:

- a) absolutamente incapaz, plenamente capaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz.
- b) plenamente capaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz.
- c) absolutamente incapaz, plenamente capaz, absolutamente incapaz, relativamente incapaz.
- d) absolutamente incapaz, plenamente capaz, relativamente incapaz, plenamente capaz.
- e) plenamente incapaz, plenamente capaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz.

45. Caio, 50 anos, testemunha de Jeová, estava viajando com seu filho Mario, de 9 anos de idade, quando o carro que aquele dirigia foi atingido por um caminhão. Caio e Mario foram socorridos e encaminhados à unidade hospitalar mais próxima. Ao se submeter à triagem, Caio declarou à equipe de médicos que não aceitaria, em hipótese alguma, receber transfusão sanguínea, estendendo a mesma proibição ao seu filho. Durante os procedimentos médicos, constatou-se a necessidade de transfusão de sangue tanto em Caio como em Mario, sob pena de ambos virem a óbito.

Com relação à situação hipotética acima descrita, assinale a alternativa correta.

- a) É descabida a recusa de recebimento de transfusão sanguínea por motivos religiosos, face à prevalência do direito fundamental à vida.
- b) A decisão acerca da efetivação do procedimento de transfusão sanguínea compete exclusivamente aos

médicos, razão pela qual Caio não pode opor objeção por escusa religiosa.

- c) É permitido a Caio recusar-se ao procedimento de transfusão sanguínea, porém ele não poderá estender a mesma vedação a Mario.
- d) É permitido a Caio recusar-se ao procedimento de transfusão sanguínea, podendo ele estender a mesma vedação a Mario, independentemente da vontade deste.
- e) É permitido a Caio recusar-se ao procedimento de transfusão sanguínea, podendo ele estender a mesma vedação a Mario, desde que este também venha a manifestar sua recusa.

46. Glicério, meses antes de falecer, elaborou um testamento destinando 30% do seu patrimônio à criação de uma fundação destinada à preservação ambiental, com sede no Estado do Mato Grosso.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Caso os bens destinados forem insuficientes para constituir a fundação, serão eles, na falta de disposição diversa, repartidos entre os herdeiros de Glicério.
- b) Por ter sido a fundação constituída através de testamento, Glicério não pode se arrepender do ato, sendo obrigatória a transferência dos bens dotados ao patrimônio fundacional.
- c) A fiscalização da fundação competirá ao Ministério Público Federal.
- d) Para que se possa alterar futuramente o estatuto da fundação, será de mister que a reforma seja deliberada por 2/3 dos competentes para gerir e representar a fundação.
- e) Eventual alteração estatutária poderá modificar o fim da fundação.

47. André apontou arma de fogo municiada em direção a Carlos, filho de Rui, ameaçando disparar contra Carlos, caso Rui não viesse a assinar uma fiança assegurando um contrato de empréstimo firmado entre André e uma instituição bancária.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A fiança é anulável por estado de perigo.
- b) A fiança é anulável por coação.
- c) A fiança é nula por estado de perigo.
- d) A fiança é nula por coação.
- e) Prescreve em 4 anos a pretensão para se promover a anulação da fiança.

48. Ricardo, após uma séria desavença com seu vizinho, José, edificou uma gigantesca chaminé próxima ao muro divisório. A chaminé foi projetada para deitar sombra permanente sobre a piscina de José, sendo que Ricardo jamais veio a utilizá-la.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Ricardo agiu em exercício normal de direito, o que exclui a ilicitude, mas não o dever de indenizar.
- b) Ricardo agiu em exercício normal de direito, o que exclui a ilicitude e o dever de indenizar.
- c) Ricardo agiu com abuso de direito, o que acarreta responsabilidade civil, independentemente de culpa.
- d) Ricardo agiu com abuso de direito, o que é previsto como ato lícito, não acarretando qualquer responsabilidade.
- e) A conduta de Ricardo é atípica, não acarretando qualquer consequência prevista em lei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

49. Maria foi recentemente aprovada juíza de direito e tomou posse na comarca de Água Boa-MT. Em relação aos processos cíveis, ela se deparou com um acervo de pouco mais de 3.000 processos. Apesar disso, ela busca cumprir a ordem cronológica para proferir sentenças. Sobre a referida ordem, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de uma ordem que obrigatoriamente deve ser respeitada por Maria.
- b) As metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça estão excluídas da regra referente ao respeito à ordem cronológica.
- c) A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório ou na rede mundial de computadores.
- d) Por inexistir urgência, os julgamentos de embargos de declaração devem sempre seguir a ordem cronológica de conclusão.
- e) Após a inclusão do processo na lista, o requerimento formulado pela parte não alterará a ordem cronológica para a decisão, ainda que ocorra a conversão do julgamento em diligência.

50. Carol, residente em Cuiabá-MT, ajuizou ação de reintegração de posse de imóvel localizado em Alto Araguaia – MT. A ação fora ajuizada em desfavor de Pablo, que estaria ocupando o referido bem. Em relação à competência nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O foro de Cuiabá-MT é competente, uma vez que em ações possessórias privilegia-se o domicílio do autor.
- b) A ação deve ser distribuída em Alto Araguaia-MT, foro da situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- c) A ação deve ser distribuída em Alto Araguaia-MT, foro da situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- d) O foro de Cuiabá-MT é competente, uma vez que em ações possessórias privilegia-se o domicílio do réu.
- e) A ação pode ser proposta tanto no domicílio do autor, quanto no foro de situação da coisa, ante a natureza relativa da competência territorial.

51. Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil. Em se tratando de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional, será competente:

- a) O Superior Tribunal de Justiça.
- b) O Supremo Tribunal Federal.
- c) O Tribunal de Justiça.
- d) O juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida
- e) O juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida

52. A pertinência subjetiva da ação e a necessidade de o autor demonstrar que o provimento jurisdicional será capaz de melhorar a sua situação fática correspondem, respectivamente:

- a) À possibilidade jurídica do pedido e ao interesse de agir.
- b) Ao interesse de agir e à legitimidade *ad causam*.
- c) À legitimidade *ad causam* e ao interesse de agir.
- d) À legitimidade *ad causam* e à possibilidade jurídica do pedido.
- e) Ao interesse de agir e à possibilidade jurídica do pedido.

53. Antônio, residente em Rondonópolis-MT, ajuizou ação em desfavor de Pedro, residente em alta floresta, em virtude de direito real sobre bem móvel. Após a distribuição da ação e antes da citação e da apresentação da contestação por Pedro, ele se mudou para Cuiabá-MT e peticionou pleiteando o declínio de competência para o seu novo domicílio. Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Determina-se a competência no momento da citação, devendo o juízo declinar da competência.
- b) Determina-se a competência no momento da distribuição da petição inicial e a mudança de cidade por Pedro será irrelevante.
- c) Determina-se a competência no momento da apresentação da contestação, devendo o juízo declinar da competência.
- d) Determina-se a competência no momento da distribuição da petição inicial, mas a mudança de Pedro implicará no declínio da competência.
- e) A ação deveria ter sido proposta no foro de situação da coisa do bem.

54. Segundo a doutrina, são elementos da ação:

- a) Interesse de agir e legitimidade.
- b) Interesse de agir, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- c) Pedido, causa de pedir e interesse de agir.
- d) Partes, causa de pedir e pedido.
- e) Partes, interesse de agir e legitimidade.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

55. Com relação a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, sendo adotada, portanto, a teoria do resultado.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, e os dias, meses e anos devem ser contados pelo calendário comum.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

56. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;

c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.

d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

57. São consideradas causas legais de exclusão da ilicitude:

- a) estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e embriaguez preordenada.
- b) estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.
- c) estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal, coação moral resistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- d) exercício regular de um direito, legítima defesa, coação moral irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- e) coação física irresistível, estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal e embriaguez voluntária.

58. Carla, por negligência, tirou a vida de seu irmão, Carlos, de 13 anos, em um acidente doméstico que ela causou. Resta comprovado que Carla fica completamente devastada com a morte de seu irmão, o qual amava profundamente. Nessa situação, supondo que a conduta seja tipificada como homicídio culposo, é correto afirmar que:

- a) Carla poderá ter a sua pena reduzida caso o juiz entenda que as consequências da infração atingiram Carla de forma tão grave que a sanção penal se tornou praticamente desnecessária.
- b) O juiz poderá deixar de aplicar a pena caso entenda que as consequências da infração atingiram Carla de forma tão grave que a sanção penal se tornou desnecessária.
- c) As consequências da infração penal sobre Carla são irrelevantes, devendo ela ser responsabilizada regularmente pelo delito de homicídio culposo.
- d) Carla deverá, na verdade, responder por homicídio culposo com causa de aumento de pena em razão da vítima ser seu irmão.
- e) Carla deverá, na verdade, responder por homicídio culposo com causa de aumento de pena, em razão da vítima ser menor de 14 anos.

59. Marcelo convenceu Amanda a aplicarem um golpe no casal de noivos Tadeu e Fernanda, apresentando-se como organizadores de casamento. Após receberem do casal a quantia para a organização das bodas, Marcelo e Amanda mudaram de cidade e trocaram de telefone. Percebendo que tinham sido vítimas de um golpe, Tadeu e Fernanda registraram os fatos na delegacia, demonstrando interesse em ver os autores responsabilizados pelo crime de estelionato. Após o registro da ocorrência, Amanda, arrependida, por conta própria efetuou a devolução ao casal de parte do dinheiro que havia recebido antes do recebimento da denúncia. Considerando que houve reparação parcial do dano:

- a) a conduta de Marcelo e Amanda tornou-se atípica, tratando-se de mero ilícito civil.
- b) Marcelo responderá por estelionato consumado, enquanto Amanda terá sua tipicidade afastada pela reparação parcial do dano.
- c) Marcelo e Amanda responderão por estelionato, devendo Amanda ter sua pena diminuída pelo arrependimento posterior.
- d) Marcelo responderá por estelionato tentado, enquanto Amanda terá sua tipicidade afastada pela reparação parcial do dano.
- e) Marcelo e Amanda responderão por estelionato, sem a causa de diminuição da pena pelo arrependimento posterior.

60. Romualdo, foi surpreendido às 23h por polícias civis que, por estarem com mandado de busca e apreensão, solicitam a entrada em sua casa. Romualdo, prontamente, nega a entrada.

Diante do caso narrado, assim como as disposições contidas no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Romualdo não cometeu crime algum.
- b) Romualdo cometeu o crime de resistência na modalidade simples.
- c) Romualdo cometeu o crime de desobediência.
- d) Romualdo cometeu o crime de resistência qualificado
- e) Romualdo cometeu o crime de resistência com causa de aumento de pena.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Antônio Pequeno*

61. Jorge, agente público federal competente, primário e portador de bons antecedentes, agindo de forma dolosa, deixou de comunicar à autoridade judiciária, no prazo legal, a prisão em flagrante de Caio. Ao ser ouvido sobre a matéria, Caio armou que não teria qualquer interesse em eventual persecução penal em detrimento de Jorge. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei n 13.869/2019, é correto afirmar que Jorge:

- a) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, pelo período de dois a quatro anos;
- b) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à obrigação de indenizar eventual dano causado pelo crime;
- c) não responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, em razão da manifestação da vítima, que armou não ter interesse em eventual persecução penal contra Jorge;
- d) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à perda do cargo ocupado;
- e) não responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, por não ser membro de Poder.

62. João, policial penal, tomou conhecimento de que Caio, condenado pela prática de um crime hediondo, deu entrada, para cumprir pena, na unidade prisional onde está trabalhando. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 8.072/1990, é correto afirmar que Caio foi condenado pelo crime de

- a) roubo qualificado pelo resultado morte.
- b) constrangimento ilegal.
- c) apropriação indébita.
- d) falsidade ideológica.
- e) prevaricação

63. Epaminondas, vulgo Zé do serrote, foi condenado pelo crime de constituição de milícia privada (art.288-A, do CP) pelo fato ocorrido no dia 12/12/2023.É importante ressaltar que ele é reincidente específico em crimes dessa natureza. Com base na situação hipotética e de acordo com a Lei de Execução Penal, marque a alternativa correta que traga o percentual adequado para fins do preenchimento do requisito objetivo para a progressão de regime:

- a) 50%
- b) 40%
- c) 60%
- d) 70%
- e) 30%

64. Leia as alternativas a seguir e assinale a que está em conformidade com a Lei 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- a) Não constitui um ilícito criminal tipificado na Lei 7.716/89 negar ou obstar emprego em empresa privada, mas apenas uma infração administrativa
- b) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências
- c) Serão punidos, na forma desta Lei, apenas os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião
- d) Não constitui infração penal de preconceito as condutas de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, pois estão abrangidos pelo direito de manifestação previstos na Constituição Federal do Brasil.
- e) A injúria racial é um crime previsto no Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

65. Assinale a alternativa correta no que tange ao Juiz das garantias, ao inquérito policial e à ação penal:

- a) O MP, por ser o titular da ação penal pública, pode requisitar a instauração do IP, realizar diretamente as diligências e presidir o inquérito policial.
- b) Em se tratando de crime de crime de extorsão mediante sequestro, o delegado de polícia poderá requisitar diretamente, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada,

dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.

- c) As normas relativas ao juiz das garantias também se aplicam aos processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei nº 8.038/1990, conforme entendimento firmado pelo STF em controle concentrado de constitucionalidade.
- d) O perdão do ofendido pode ser oferecido nos crimes de ação penal privada, bem como nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, dependendo de aceitação do réu para que produza seus regulares efeitos.
- e) A representação da vítima, conquanto não exija grandes formalidades, somente pode ser oferecida pelo próprio legitimado, vedado seu oferecimento por procurador.

66. Mariano praticou crime de prevaricação (detenção, de três meses a um ano, e multa), infração de menor potencial ofensivo. Consta que Mariano, embora primário, já foi beneficiado há sete anos com uma suspensão condicional do processo. Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois é cabível a transação penal.
- b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por se tratar de crime contra a administração pública.
- c) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois Mariano já foi beneficiado anteriormente com suspensão condicional do processo.
- d) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, cabendo ao Juiz a homologação do acordo.
- e) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, a ser proposto pelo delegado de polícia.

67. Marlon, primário e de bons antecedentes, era investigado em determinado inquérito policial pela prática do crime de estelionato (pena: reclusão, de 01 a 05 anos, e multa). No curso das investigações, a autoridade policial representou pela decretação da prisão preventiva de Marlon, para a conveniência da instrução criminal, já que havia elementos no sentido de que este investigado estaria destruindo provas. O Juízo, acolhendo o pedido, decretou a prisão preventiva de Marlon. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de Marlon, eis que a pena cominada ao delito não autoriza a decretação da custódia cautelar.
- b) O Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de Marlon, pois o fundamento invocado não justifica a decretação da medida.
- c) O Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de Marlon, por se tratar de investigado primário e de bons antecedentes.
- d) O Juiz deverá revisar a necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício; todavia, o desrespeito ao prazo de 90 dias para reavaliação da prisão não gera reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, tampouco a consequente liberação do custodiado, nos termos do entendimento do STJ.
- e) O Juiz somente poderia ter decretado a prisão preventiva se houvesse requerimento do Ministério Público.

68. Adryelson foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, Adryelson teria se passado por um funcionário da empresa provedora de serviço de *internet* para ingressar num condomínio residencial e subtrair dois *notebooks*, avaliados em R\$ 5.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) *Emendatio libelli*, podendo o Juiz condenar Adryelson pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- b) *Emendatio libelli*, não podendo o Juiz condenar Adryelson pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- c) *Mutatio libelli*, não podendo o Juiz condenar Adryelson pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- d) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar Adryelson pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- e) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar Adryelson pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.

69. Alex foi denunciado pelo crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), pois teria subtraído sorrateiramente o celular de sua colega de trabalho, Givanilda. Atento ao caso narrado, é correto afirmar que:

- a) Deverá ser adotado o rito sumário, e a audiência de instrução e julgamento deverá ser realizada no prazo máximo de 60 dias.
- b) Deverá ser adotado o rito sumário, e as alegações finais serão, em regra, orais, havendo previsão legal para que o Juiz conceda prazo às partes para apresentação de alegações finais escritas, em casos excepcionais.
- c) Deverá ser adotado o rito ordinário, e poderão ser arroladas até 08 testemunhas pela acusação e até 08 pela defesa, não se computando nesse número as não compromissadas e as referidas.
- d) Deverá ser adotado o rito sumário, e poderão ser arroladas até 08 testemunhas pela acusação e até 08 pela defesa, computando-se nesse número as não compromissadas e as referidas.
- e) Deverá ser adotado o rito ordinário, devendo o réu ser citado para apresentar resposta à acusação no prazo de 15 dias.

70. Deyva foi denunciada pela prática do crime de homicídio doloso qualificado pelo emprego de veneno, supostamente praticado contra Everson, seu marido. Após a instrução preliminar o Juízo entendeu que, embora devidamente comprovada nos autos a materialidade delitiva, não havia indícios suficientes de autoria delitiva.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz deverá:

- a) absolver sumariamente a ré e, uma vez preclusa a decisão, haverá coisa julgada material.
- b) absolver sumariamente a ré e, ainda que preclusa a decisão, será possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas.
- c) impronunciar a ré e, uma vez preclusa a decisão, haverá coisa julgada material.

d) impronunciar a ré e, ainda que preclusa a decisão, será possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas.

e) pronunciar a ré, cabendo ao Conselho de Sentença decidir quanto à autoria, em homenagem ao princípio da soberania dos veredictos.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
